

REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE PERNAMBUCO – CEPC 10/01/2024

Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Estadual de Cultura

Aos 10 dias do mês de janeiro de 2024, às 14h e 07mn, no formato híbrido, pela plataforma on-line e presencialmente no auditório do IPHAN/PE, teve início a Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Política Cultural – CEPC/PE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros(as) Titulares: **Augusto Ferrer de Castro Melo, Barabara Collier, Nivaldo Jorge, Fernando Pereira, Marcelo Alexandre Balbino dos Santos, Rafael Farias, Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa, Fábio Alexandre Melo Ferreira, Janaina Santos de Oliveira, Carlos Eduardo Sales de Melo, Joab Henrique da Silva, Wagner Staden de Vasconcelos Egito, Cleonice Maria dos Santos, Gilmar Correia da Silva, Severino Carlos Amorim, Willyssys Wolfgang, Yasmim Dyndara das Neves Crispiano, Francisco Sidney Rocha, Ianne Raíssa Galvão, Lucas Fernando Barbosa Correia**, e Conselheiras (os) suplentes presentes: **Elimar Pereira da Silva, Gerlane Souza de Lima, Salatiel D’Camarão, Renato Fonseca, Flavia Maria Pessoa Guerra, Raynan Burgos dos Santos, Maria regueira Duarte, Renan Cabral da Silva e Roberto Azoubel**. Com a seguinte Pauta: Informes; 1. INFORMES / PENDÊNCIAS - 2. RESOLUÇÃO da participação do público nas Reuniões - 3. RECOMENDAÇÃO sobre a divulgação dos resultados dos editais - 4. REGULAMENTAÇÃO da Lei Cultura Viva (Criação do Grupo de Trabalho) - 5. ALTERAÇÃO da Lei do Conselho Estadual de Política Cultural - Lei 15.429/14 - Criação do Grupo de Trabalho - 6. LPG: Cronogramas dos Editais - Recursos, Denúncias e Comissão de Heteroidentificação: quantidades recebidas e encaminhamentos prestados - 7. PNAB: Implementação do Programa / Cronograma - 8. FIG: Realização e organização - 9. CALENDÁRIO das Reuniões Descentralizadas: Aprovação do Cronograma - 10. SUPORTE LOGÍSTICO para participação dos Conselheiros (as) do interior nas Reuniões Ordinárias. O presidente **Wagner Egito** abriu a reunião informando que sendo gravada, com link disponível no Instagram e nos grupos de whatsapp que os conselheiros tem acesso e também está disponibilizado a sociedade pois a reunião é pública, informou que além dos conselheiros presentes e as pessoas da sociedade civil, estão on-line 36 participantes entre conselheiros e visitantes, dando seguimento a pauta sobre os informes, chamou na sala presencial o grupo representativo de técnicos/as de Pernambuco, que é o grupo da produção do setor cultural e eles trouxeram uma pauta junto ao conselho, como o conselho vai revisar a lei, e existe essa possibilidade de outros segmentos entrarem para serem representados, os técnicos e técnicas estão se colocando também nesse lugar, elas estão entregando uma carta ao conselho, mas solicitou que esta fosse lida pelas/os representes, foram escolhidas para representar a equipe **Rozeane Ferreira da Técnica PE**, que se apresentou e passou a palavra para **Elza Medeiros**, também da Técnica PE, além de ser uma das coordenadoras da AMP Articulação Musical Pernambucana, que informou que a carta foi assinada por mais de 50 profissionais da área técnica cultural, que representa mais dos 3.000 cidadãos e cidadãs que trabalham com a área técnica, que a carta entregue é uma solicitação ao Conselho Estadual de Política Cultural de Pernambuco da inclusão de assento para área técnica, cujo conteúdo encontra-se em anexo. O conselheiro **Rafael Farias** pediu uma questão de ordem, falou que essa é uma pauta extremamente importante, acha que o cenário dessa reunião fica muito estreito para que seja aberto essa discussão,

sugeriu que se coloque esse ponto para próxima reunião, para que se possa debater melhor essa questão, fato que foi acatado. Falou também de sua alegria de estar participando hoje com a com a plateia tão vibrante, cheia de pessoas fazedores e fazedores de Cultura, falou da presença dos brincantes, dos grupos de bois e da quadrilha junina Portal do Sertão, Boi Arcoverde, Boi Porteira do Sertão, Boi Imperial, Boi Maracatu, que eles vieram para uma reunião na PCR e aproveitaram para participar da reunião do CEPC, o conselheiro Renato Fonseca informou que no dia 20 de Março as 09h vai acontecer uma audiência pública para estar começando o debate na Câmara do Recife, sobre a abertura de cadeiras no Conselho Municipal da cidade do Recife, que foi uma solicitação feita por ele junto ao mandato de Cida Pedrosa, portanto Recife já vai iniciar essa discussão da abertura dessas cadeiras tanto para técnica, como para o pessoal do hip hop e uma cadeira de Arte e Cultura periférica ou algo parecido. Pediu para deixar registrado essa colocação do conselheiro Rafael que a discussão começa hoje, porque o item da pauta é justamente sobre a alteração da Lei do Conselho, desta forma poderia começar hoje e continuar na próxima, mas já se começa hoje. Em seguida a Conselheira **Cleonice Maria** saudou os visitantes e os parabenizou pelos seus trabalhos, mas a sua intervenção foi referente ao assassinato bárbaro que houve com a palhaça Jujuba, no dia 24 de dezembro, que as autoridades em nível Nacional estão se manifestando, que acha importante haver um manifesto do estado, tanto da Secult, quanto do CEPC, um ato muito bárbaro de uma artista de rua que andava percorrendo as ruas, percorreu o Brasil praticamente inteiro, inclusive o Sertão de Pernambuco, Serra Talhada foi uma das cidades visitadas por ela, desta forma acha importante que seja feita alguma nota em relação a esse fato. Em seguida foi autorizada pelo pleno a fala do **DJ BIG** que falou que já vem trabalhando sobre a questão do assento/representatividade tanto nas conferências quanto nas reuniões, que participou de uma conferência estadual, inclusive de conferências nacionais e a nível nordeste, sempre falando a mesma coisa, que não dá para participar dentro de conferências sem se enxergar dentro do espaço, dentro do segmento que esse momento de fala é uma reflexão para esse ponto, que da mesma forma que a técnica tá procurando o espaço, o Hip Hop já tem uma história estabelecida no mundo, que é referência aqui em Pernambuco, desde Chico Science, já se vem trabalhando há muito tempo, que vem mudando e transformando vidas, que veio solicitar realmente um espaço dentro desse conselho, para poder trabalhar de fato as políticas públicas para o Hip Hop. O presidente Wagner Egito agradeceu as demandas do hip hop e da técnica, que o CEPC é o canal perfeito para viabilizar essas questões que são altamente legítimas e necessárias para fortalecer o Conselho, que já existe a proposta para formação do grupo de trabalho para alteração da lei, que o GT vai encaminhar essa proposta de como vai se dar esse processo, que Recife já vai fazer uma audiência, que o CEPC vai nesse sentido também de ter escutas públicas para discutir a melhor formação do conselho para defender a cultura. Com relação a alteração do Regimento Interno, que foi que aprovado no dia 24 haverá uma reunião extraordinária para alteração do regimento interno, lembrou a todos/as para fazer alguma alteração é necessário ter dois terços do quórum, isto é: 26 conselheiros/as, que no momento ao observar a frequência percebe-se que existem muitas faltas, que foi feito um levantamento das frequências, que já foi colocado no grupo, frisou que existe lacuna grande na parte governamental, que isso pode comprometer a discussão sobre o Regimento, que isso será tratado logo mais no outro ponto de pauta, mas que é importante falar nisso para que não haja cancelamento da reunião do dia 24, caso não tenha quórum, em seguida falou sobre a curadoria na FENEARTE, que o CEPC indicou 3 titulares e 3 suplentes, sendo que uma das representações que foi o conselheiro Nivaldo Jorge da cadeira do artesanato precisou ser substituído, devido a FENEARTE ter uma regra que o curador só pode participar de duas consecutivas, sendo assim Nivaldo Jorge não poderia, desta forma o conselheiro Cadu Sales foi indicado para substituí-lo, da mesma forma que Thaynná Leocádio será substituída Gerlane Lima suplente dela, inclusive do próprio segmento, que como os suplentes subiram para titularidade, será preciso indicar outros 2 suplentes, no caso de design e moda é a Natália Oikawa, em seguida passou a palavra para o Conselheiro **Nivaldo Jorge** explicar sobre o processo de curadoria, onde são solicitados membros do CEPC, que iniciou falando que essa curadoria foi constituída por uma portaria de 2019, que até essa data o Conselho não tinha acento, que foi uma luta do Conselho naquele momento que conseguiu duas vagas titulares e dois suplentes do Artesanato, porque a curadoria é composta pelo poder público e pela sociedade civil, onde tem participação do Sindicato dos artesãos, que foi inserido na portaria que só podem ter duas participações consecutivas, como ele já participou dois anos indicado pelo Conselho, ficou impossibilitado, mas informou que se colocou lá dizendo ser um equívoco, pois ele está em um novo

mandato, que sua representação é de toda a cadeia do Artesanato, mas como a jurídica não concordou e juridicamente eles se basearam naquela normativa, porque o que o conselho enviou para lá apenas o Regimento Interno, mas o CEPC tem registrado em ata que as indicações devem ser das respectivas cadeiras, mas a ata não foi enviada junto com o regimento, como já fora definido o conselheiro Cadu Sales para substituí-lo está tranquilo, trouxe essas informações para que todos/as tomassem ciência, se colocou à disposição para retirada de dúvidas sobre a curadoria, independente do Conselho e relatou um pouco sobre a construção/nascimento da Fenearte em PE. Em seguida o presidente **Wagner Egito** parabenizou o conselheiro Nivaldo pelo seu alto nível de comprometimento e trabalho realizado nos últimos anos, informou que CEPC recebeu a solicitação de 3 vagas, sendo duas para o Artesanato e uma para Gastronomia, desta forma após os esclarecimentos e sugestões foram indicados como representantes do Artesanato Titulares: CARLOS EDUARDO SALES DE MELO E BÁRBARA PEREIRA COLLIER - Suplentes: ELIMAR PEREIRA DA SILVA E NATÁLIA OIKAWA Para a Curadoria de Gastronomia: - Titular: GERLANE SOUZA DE LIMA - Suplente: CRISTIANNE BOULITREAU DE MENEZES BARROS, explicou que no ofício de solicitação foram pedidos 3 indicações, o conselheiro **Alexandre Melo** pediu questão de ordem para solicitar que as pessoas sejam mais rápidos, que não é uma questão apenas dos informes de hoje que são muito pertinentes, mas que é preciso mais celeridade pois os informes devem, ser rápidos e sucintos, mas o que tem acontecido é metade da reunião tem ficado com os informes e a pauta é muito extensa, então fez esse apelo para que sejam mais céleres. A vice-presidente **Yasmim Neves** solicitou que quando alguém da plateia for falar, se por acaso não consiga falar no microfone que os presentes repitam, pois não está sendo possível escutar, caso ela não consiga falar no microfone que vocês repitam, porque não está sendo possível ouvir. O presidente **Wagner Egito** informou que está acatado o a solicitação de Alexandre e a de Yasmim, em seguida falou sobre as frequências estão disponíveis na mesa para consulta, que está disponível inclusive para quem quiser a listagem de frequência do conselho do ano passado até a última reunião do ano passado, que ainda será discutida essa pauta mais adiante, mas trouxe logo nos informes porque existe no Regimento um condicionamento de um limite de faltas, explicou que a ideia não é ninguém julgar ninguém, mas sim para que as pessoas participem mais efetivamente, inclusive essa divulgação da frequência que foi colocada no grupo dos 80 justamente para chamar atenção que o conselho vai acompanhar esse essa frequência e vai pedir a substituição no caso dos conselheiros governamentais e tomar as providências no caso dos conselheiros e conselheiras da sociedade civil. Seguindo para o 1 ponto de pauta referente a resolução da participação do público nas reuniões do CEPC, que na reunião anterior não teve como ser votada, devido ao tempo e falta de quórum ao final da reunião, então leu todo o conteúdo e colocou para o pleno, sendo aprovada a resolução, outra questão é a “Recomendação sobre a divulgação dos resultados dos editais” que não foi votada na última reunião pelo mesmo motivo, o esgotamento do tempo da reunião, leu toda a recomendação que segue em anexo e colocou em votação, o Conselheiro **Rei Marcelo de Ogum** pediu afala para sugerir que os pareceristas tenham seus dados divulgados também, pois houve muitas questões nas análises e é importante saber direito quem são, de onde vem, o presidente **Wagner Egito** falou que essa proposta é importante e que vai se encaixar bem na pauta sobre a PNAB que será discutida em seguida, em relação a recomendação colocou em votação, o conselheiro **Nivaldo Jorge** e a vice-presidente **Yasmin Neves** se abstiveram, ficando aprovada a recomendação com duas abstenções. Seguindo a pauta sobre a Regulamentação da Lei Cultura Viva, que é uma lei nacional que foi aprovada há muito tempo e aqui no estado foi aprovada em julho de 2023, mas que precisa ser regulamentada, pois é necessário que sejam determinados critérios além de outras questões, portanto precisa ser regulamentada, outro fator urgente para seja regulamentada é que na PNAB existe um percentual específico para os Pontos de Cultura, que essa pauta sobre a regulamentação da Lei foi colocado na reunião passada para comissão de assuntos jurídicos e ética, mas devido ao volume de trabalho da comissão, se achou melhor trazer essa proposta para o pleno e formar um grupo de trabalho para a condução dessa regulamentação da Lei Cultura Viva no estado, que serão dois pontos para essa questão, primeiro colocou em votação a criação do GT, que foi aprovado por todos/as, a segunda questão é a formação do GT, pediu para quem tivesse interesse se colocar, informou que já existem dois nomes colocados: a conselheira titular dos Pontos de Cultura **Cleonice Maria** o Conselheiro de Matriz ibérica **Rafael Farias**, o conselheiro suplente de Artes Visuais e Fotografia **Elimar Pereira** e os convidados para participação técnica: **Eduardo Lima** da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e **Cacau Arcoverde** representante da Rede dos Pontos de Cultura aqui em Pernambuco,

perguntou se mais algum conselheiro teria interesse em compor o GT, não havendo mais nenhuma manifestação de interesse colocou em votação a formação dos 5 nomes para compor o GT, sendo 3 conselheiros e 2 convidados, sendo aprovado por todos/as. Seguiu-se para o quarto ponto de pauta sobre a alteração da Lei do Conselho Estadual de Política cultural a lei 15.429 de 2014, a vice-presidente **Yasmim Neves** solicitou que sejam enviados os nomes das pessoas que compõem todos os GT's, para o caso de ser preciso tratar algum ponto específico, a gestão possa procura-los, o presidente **Wagner Egito** acatou o pedido da vice-presidente e deu seguimento a pauta fazendo um breve histórico sobre a criação e composição dos 3 conselhos de Pernambuco: Conselho Estadual de Política Cultural; Conselho Consultivo do Audiovisual e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural. Falou sobre a necessidade de se fazer essa revisão após 7 anos, que já existe proposta para alteração na composição dos segmentos, mas que existem outras questões que é necessário fazer quando se revisar a Lei, inclusive a questão da remuneração, o famoso "Jeton", então a proposta da criação desse grupo de trabalho para que sejam encaminhadas as propostas para alterações da lei, que o GT vai juntar as contribuições e trazer par o conselho que vai encaminhar isso através de audiência com Assembleia Legislativa, o Conselheiro **Nivaldo Jorge** lembrou que Pernambuco foi o último estado da federação a assinar o termo de cooperação com o Ministério da Cultura, explicou que esse formato de conselhos paritários, vem do Sistema Nacional de Cultura, e explanou um pouco sobre a consolidação do SNC, da importância da criação do CPF da Cultura, que costuma-se dizer que em Pernambuco tudo é grande, mas foi o último estado a assinar o termo de cooperação, pois na época o Governador Eduardo Campos relutou para não assinar por causa do "Conselho Biônico" que era remunerado, que é necessário que todo/as saibam disso, e quando assinou se criou os três conselhos, que na sua visão não seria necessário, sem desmerecer os demais, mas foram criados os três para que o do patrimônio continuasse ser remunerado, ter uma ajuda de custo, e o CEPC ficasse sem essa ajuda, que isso precisa ser dito e registrado nos anais da história e ficar claro na cabeça de todos/as os fazedores de Cultura. Falou que MINC está propondo para que todos os municípios construam seus sistemas municipais de cultura, pois todos os municípios que assinaram a Adesão a LPG, havia escrito que eles tinham um ano para fazer a implementação do CPF –Conselho, Plano e Fundo, mas voltou a dizer que isso não é uma imposição do Ministério e sim uma recomendação, afirmou com propriedade pois é membro do Conselho Nacional atualmente e esteve também em 2012 a 2016 no colegiado setorial do Artesanato, que essa luta não é hoje, já é antiga e é permanente, que é preciso ser colocado em prática, que é preciso trabalhar nessa reformulação da lei, que se sabe que será preciso passar pela ALEPE, pela Casa Civil, cumprir todos os trâmites, mas que é preciso colocar essa proposta desse Jeton, porque desde que esse conselho foi democratizado em 2016, na minuta do Regimento Interno, ele, o ex-presidente Jocimar, Newton da cadeira da música integraram o a comissão que trabalhou a minuta e relutaram para que isso já viesse dentro do Regimento, e a gestão só colocava que a lei dizia que o outro conselho é técnico e o CEPC não é técnico, que o que como conselho acabou de receber uma carta dos técnicos, porque que o artesanato não é técnico, pois ele é artesão com 45 anos de profissão, que o presidente é produtor cultural não é técnico no que ele faz, então isso não é argumento, que é necessário debater isso de gabinete em gabinete para mostrar para os deputados que eles têm auxílio até de paletó, e os conselheiros para vir do interior como o companheiro Rafael não tem ajuda, o que se solicita não é para serem bancados, mas sim uma ajuda de custo, para cobrir essas despesas, então é preciso que dentro dessa revisão isso seja um fato, que ele está no segundo mandato não vai poder mais se candidatar, mas lembrou que desde 2016 que existe essa luta para que os companheiros/as que chegassem já tivessem esse direito, porque é um direito adquirido, agradeceu a todos/as. O presidente **Wagner Egito** falou que era isso que queria colocar, que uma coisa é remuneração outra coisa ajuda de custo, uma coisa é você não gastar para trabalhar, você ser remunerado justamente pelo que faz, que são dois aspectos, que se o CEPC não ganha nada para participar das reuniões e encontros, já estão gastando, em seguida pediu para que o conselheiro **Alexandre Melo** falasse nesse assunto que foi discutido numa reunião interna da sociedade civil, Alexandre falou que foi exatamente isso e se colocou à disposição para integrar esse grupo de trabalho, e reafirmou que nada que é feito de maneira gratuita, é de fato gratuito, pois na verdade quem faz de graça está pagando no mínimo uma água na volta da reunião, um ônibus, o Uber, o combustível, enfim vai gastar, que não existe trabalho de graça, existe trabalho remunerado e que aí vai se estar pagando para trabalhar, se colocou mais uma vez para integrar o GT. Em seguida a conselheira **Cleonice Maria** que iniciou parabenizando o conselheiro

Jorge por tudo que ele explicou e refrescou a memória pois ela vem desse tempo e acompanhou essa luta de como funcionava o conselho antigamente e essa luta inclusive terrível que apesar de Pernambuco que é considerado a Vanguarda da cultura do Brasil, foi o último estado a aderir o SNC, e trouxe uma outra questão que falou ser ainda mais grave em relação ao CPF da cultura nos Municípios, pois os municípios para receber o recurso da Lei Paulo Gustavo assinaram a adesão ao Sistema Nacional, assinaram com a responsabilidade de criar nos seus municípios o CPF da cultura, sendo que como a PNAB é uma Lei de fomento que vai durar 5 anos, se eles não cumprirem a partir do ano de 2025 não receberão mais os recursos, que foi liberado para receberem 2024, mas que a partir de 2025 todos os municípios vão ter que ter esse CPF da cultura, então esta é uma luta contínua para garantir recebimento da PNAB, que acredita que muitos municípios nem atenderam ainda para isso. Quanto a questão do Conselho que não ganha nada, reforçou que realmente é complicado, que não se trata de remuneração, se está falando do básico, do mínimo, que ontem Rafael fazia umas contas por baixo e dizia que para vir de Arcoverde gastava pelo menos R\$ 800,00, que ela vem de Serra Talhada que fica a 420 Km da capital, que quem mora aqui na região metropolitana também tem gastos, então é injusto que não se tenha essa ajuda de custo, que na verdade está se pagando para trabalhar, e com detalhe que esse para ela é crucial, pois ainda escuta de quem não é do conselho dizer que o conselho não faz nada, aproveitou para sugerir seu nome para integrar esse GT, porque realmente é preciso mudar essa lei desse formato perverso que é com os conselheiros aqui do nosso Estado. Em seguida o conselheiro **Renato Fonseca** solicitou a inclusão do seu nome para integrar o GT, e seguiu falando que para além do CEPC, todos os outros conselhos que fazem parte do Estado também não recebem ajuda de custo, a exceção é o Preservação do Patrimônio Cultural, propôs que a comissão procure esses outros conselhos para que essa luta tome uma dimensão muito maior, porque é como um efeito Cascata, que se for aprovado para a cultura, terá que atingir outros conselhos, e acredita que a luta fica muito mais ampla, mas reforçou seu nome para integrar o GT. O conselheiro **Carlos Amorim** informou que o conselho de política cultural do Recife recebe Jeton desde que foi criado, o conselheiro **Renato Fonseca** afirmou que todos os conselhos de Recife recebem, que analisou os regimentos dos conselhos tanto do Recife como no Estado, o de saúde do Recife recebe, o conselho de direitos humanos recebe todos os conselhos do Recife recebe. O presidente **Wagner Egitto** lembrou que igual aos outros GTs, o presidente integra compulsoriamente esse GT, que tem postos os nomes de **Cleonice Maria; Alexandre Melo; Renato Fonseca; Rafael Farias e Salatiel D'Camarão**, perguntou se mais algum conselheiro se colocava à disposição, o conselheiro **Elimar Pereira** se colocou, além dele a convidada **Rozeane Ferreira** colocou seu nome representando a @tecnicaspe, a convidada **Elza Medeiros** representando a AMP colocou seu nome à disposição e falou que **Ramos** estava se colocando também, mas que seu microfone não estava pegando, os três enquanto convidados, o presidente **Wagner Egitto** lembrou que assim como a comissão temática, o Regimento tem que ter cinco membros, mas reforçou que nada impede a participação informalmente, mas formalmente esse grupo trabalho tem que ser cinco, que no momento tem seis, a conselheira **Cleonice Maria** sugeriu que essa discussão dos 5 nomes titulares sejam colocados no GT, para que sejam discutidos internamente na reunião do GT, sendo assim acatado pelo presidente. Seguindo a Pauta sobre a LPG o presidente Wagner Egitto, iniciou informando que iria fazer um histórico da LPG que todos já sabem, que na pauta se levantou alguns pontos: o novo cronograma que foi divulgado e uma devolutiva sobre os recursos, as diversas denúncias e as da comissão de heteroidentificação, que é importante receber esses dados, sobre o que foi denunciado, a quantidade, os encaminhamentos que foram prestados com relação a esses recursos nessas denúncias, ressaltando apenas que não se faz política sem dados, que a última informação que chegou até agora foi a dos prazos que foi para Março, que há um questionamento sobre a questão do “a partir”, que foi divulgado março para os editais de prêmios e abril para os demais, pois estamos exatamente nesse período de recurso, teve a divulgação, então é ‘preciso ter essas informações atualizadas do que foi recebido de recurso, de denúncias e essa questão dos prazos, também essa questão do resultado dos recursos que foi divulgado o número de inscrição e se foi deferido ou indeferido, que isso foi uma surpresa total, é importante saber quem é e até o argumento, que é uma questão de controle social e fiscalização, pois alguém pode conhecer um determinado proponente ou proposta que não deveria ser deferido e foi deferido, portanto só através da Identificação do proponente, da proposta é que se pode ter algum controle, que inclusive foi aprovado hoje essa recomendação de maior quantidade de dados divulgados no resultados. Em seguida a vice-presidente **Yasmin Neves** iniciou

falando que na semana passada foi finalizado a análise do recursos dos editais de premiação de técnicos/as e dos editais de salvaguarda, que foi publicado se o recurso do proponente solicitou foi deferido ou indeferido, explicou que o proponente que entrou no mapa cultural e colocou lá o seu recurso, o recurso foi avaliado pela equipe técnica e pelos pareceristas, pois houve um período para análise recursal, foi informado na primeira publicação se o pedido de recurso dele foi aceito ou não, por isso que está como “deferido ou indeferido”, em seguida foi publicado um novo ranqueamento, porque muitos recursos em relação à avaliação enquanto nota, automaticamente após a reavaliação feita pela equipe técnica o ranqueamento iria mudar, citou como um exemplo sobre recurso aceito por uma nota incorreta, que após a análise a nota pode subir ou descer no ranqueamento final, informou que já foram colocados no mapa cultural o novo ranqueamento desses dois editais para poder abrir o prazo de contrarrazões que foi até ontem às 23:59, que agora inicia-se o processo de avaliação das contrarrazões para posterior a isso publicar o resultado final. O presidente **Wagner Egito** perguntou se os proponentes receberam por e-mail os motivos pelo qual o recurso foi indeferido, a vice-presidente **Yasmin Neves** explicou que os pedidos de recursos foram realizados pelo Mapa Cultural e o retorno também foi pelo mapa, que lá constavam os itens os quais foram descumpridos, quanto a questão de informar o motivo/razão que o pedido de recurso não foi aceito ela informou que iria se certificar para dar a informação, mas acredita que não, pois todos os indeferidos tem descrito no resultado o item o qual ele descumpriu para poder enviar o recurso e seguir no processo avaliatório, que não tenha avaliação específica, citou como exemplo se uma pessoa não anexou cinco comprovantes, mas tem que ele descumpriu o item referente a não entrega desses comprovantes, o presidente **Wagner Egito** perguntou se um proponente que recorreu porque achou a nota baixa por exemplo, se ele recebeu essa devolutiva por e-mail com a razão porque o seu recurso não deferido. A vice-presidente **Yasmin Neves** informou que está fazendo essa consulta e em seguida responde essa questão, sobre a questão da comissão de heteroidentificação informou que a comissão está ativa, que a presidente é Taís Melo que é a nossa assessora Teatro e Ópera, que na segunda-feira dia 8 houve uma nova reunião para fazer avaliação e análises das 37 denúncias recebidas, 5 via ouvidoria, 32 via e-mail da comissão e 27 em relação as cotas, que essas denúncias foram tratadas pela comissão de heteroidentificação, que nesse momento não pode dizer a quantidade que foram acatadas ou não porque o processo ainda está em tramitação, pois está sendo tratado pelo jurídico, controle interno da secretaria e pela COMED que é a comissão dos editais, falou um pouco do fluxo após o recebimento das denúncias e os tramites internos, reafirmou que a comissão está trabalhando e tendo esse cuidado para que não ocorram fraudes em relação aos editais, porque nós também prezamos pela lisura do processo, que a gestão da secretaria tem a intenção que as pessoas que de fato participem das políticas afirmativas tenham acesso ao recurso de forma correta, que estão atentos a isso, o presidente **Wagner Egito** perguntou sobre qual a quantidade total de recursos e sobre as denúncias se além das questão heteroidentificação e das cotas, quais foram os demais motivos de denúncias, a vice-presidente **Yasmin Neves** informou que ao total foram recebidos 1.813 recursos, que as denúncias em sua maioria foram em relação a heteroidentificação e pouquíssimas por outras razões e citou que houve denúncia sobre empresas e proponentes que não são de Pernambuco, de proponentes que não são proponentes, reafirmou a existência da comissão e lembrou dos canais da ouvidoria e o canais do WhatsApp, ressaltou que existem os contatos para os e-mails dos editais, reforçou o pedido para que realmente essas denúncias sejam feitas pela ouvidoria e pelos meios de comunicações oficiais da secretaria, aproveitou o momento para informar que não é verdade que os resultados finais de todos os editais foram publicados, explicou que estão no processo de refinamento dos editais Gerais, que só foram finalizados parte resultado edital de premiação, salvaguarda e técnico/a, pediu para que todos fiquem atentos aos canais oficiais da secretaria e no Mapa Cultural, para que não repliquem nenhuma informação falsa, todas os dados e informações referente a LPG sempre estarão no mapa cultural e nas redes sociais e nos meios de comunicações formais da secretaria de Cultura do Estado. O presidente **Wagner Egito** perguntou sobre a questão de o resultado ter sido tão diverso do que vinha sendo divulgado apenas com o número de inscrição e se foi deferido ou indeferido. A vice-presidente **Yasmin Neves** falou que isso foi tratado na fase recursal, que no ranqueamento tem todos os dados, que no mesmo dia foram publicados dois documentos um da fase recursal e o outro sobre o ranqueamento com os dados que já sendo publicado, informou que a gestão já vem dialogando com a equipe do mapa cultural sobre a recomendação do conselho, que o resultado final já terá o maior número de informações

e que tornará o processo mais transparente para a sociedade. Em relação as contrarrazões, explicou que isso é inédito tanto para sociedade civil quanto para a secretaria, que os nossos editais eles passam pelo crivo das políticas públicas, que o novo decreto de fomento traz essas contrações como item para o edital, então foi solicitado pela PGE - Procuradoria Geral do Estado, que fossem incluído esse ponto também nos nossos editais, explicou o que é uma contrarrazão e disse que está divulgado nas redes sócias da secretaria, para facilitar o entendimento geral, que é o entendimento construído junto ao MinC e aos órgãos que norteiam o Estado, exemplificou falando quando um proponente sentiu que teve a sua nota abaixo do ele pensava que receberia, ele traz ali os argumentos para esse outro balanceamento, que pela lei é preciso deixar dois dias úteis, que foram os dias 8 e 9 para que fosse possível contrarrazoar, após as análises dessas aí sairá a publicação do resultado final do edital. Em relação ao “a partir de”, informou que a Secult está trabalhando com o calendário que havia sido publicado anteriormente em relação aos dias úteis, que após a reunião com o CEPC, está se tentando ao máximo enxugar ainda mais esses prazos para atender e fazer com que seja possível pagar a lei o mais rápido possível, que a equipe está trabalhando fielmente para cumprir os prazos, que a equipe está totalmente envolvida com LPG desde do ano passado, que a questão do a partir de foi uma solicitação interna do setor financeiro, foi apenas para não dizer como exemplo que será 7 dias, pois a intenção é que se consiga pagar o mais breve possível que acredita que iremos conseguir iniciar o pagamento antes dessa data, pois estamos correndo com isso, que foi apenas uma forma de não amarrar tanto para não ser necessário fazer alterações no cronograma, a equipe do financeiro foi reforçada e está totalmente empenhada e comprometida em finalizar esse processo fazer os pagamentos com mais agilidade possível. Em seguida o Conselheiro Rafael Farias iniciou cobrando a ausência da Secretaria de Cultura, disse que mesmo com todo respeito a Yasmim, ele acha que a secretaria deveria estar aqui, pois é uma demanda tão importante para o Estado de Pernambuco, que sente esse vazio aqui, porque é a secretária que responde pela pasta, em seguida parabenizou as prefeituras que fizeram cumprir com o prazo da LPG, pois várias prefeituras já pagaram, Arcoverde e outros mais, além da Prefeitura do Recife que tem uma demanda gigantesca e pagou, fazendo cumprir a Lei, que é importante entender que todos nós, tanto os membros do CEPC, quanto quem está nos cargos públicos, que somos passageiros, que todos passam pelo crivo da sociedade, que é importante que se entenda isso, que espero que esse recado a sombra de um menino para o Governo do Estado, que acredita que eles estão entendendo onde é que ele quer chegar, em seguida chamou a todos para refletir se o MinC não tivesse prorrogado o prazo da LPG, se o prazo tivesse sido encerrado os fazedores/as de cultura, os iriam ficar sem esses recursos, que no seu entendimento, a partir das respostas que foram trazidas aqui é que o “a partir de” em relação aos pagamentos, que a partir de março a partir de Abril pode-se pagar até dezembro de 2024, que isso é um absurdo, leu um trecho da lei no inciso 2 que fala que: Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, podem publicar novos editais no ano 2024 ou finalizar em 2024 editais já publicados em 2003, que é o nosso caso, atentando-se a finalidade da Lei que Visa a garantia das ações para o setor Cultural de forma célere e emergencial, perguntou para a vice-presidente Yasmin o que para ela significa célere e emergencial, pois emergencial é agora, emergencial é o que se passou na pandemia, é o que está se passando agora, pois não estamos todos mais em calamidade pública, mas em alguns lugares sim, pois Arcoverde está até 31 de janeiro, que 86 prefeituras estão sofrendo com isso no estado de Pernambuco, estando decretado calamidade pública todos podem imaginar a situação da classe artística, pediu respostas, pois colocar um prazo de a partir de e não dizer quando é que vai pagar para ele já é um absurdo como um todo, mas o fato de não haver clareza na hora de pagar deixa mais escuro o que já não está claro e para encerrar perguntou aos presente se alguém lembrava de sua fala em dezembro sobre um trio de sanfoneiros que ele viu na Ruas das Calçadas no Recife, pois hoje ele viu um quarteto de sanfoneiros tocando e pedindo dinheiro com pandeiro no chão no centro do Recife, indagou se é isso que Pernambuco diz quando fala na salvaguarda da cultura, mas que não é essa cena que ele quer ter na lembrança, falou que não ia nem entrar na questão se eles acessaram a Lei, nas análises dos pareceristas, mas que é um absurdo entender que o forró é patrimônio cultural desse país e se permite que um quarteto de sanfoneiros toque na Rua das Calçadas pedindo dinheiro, que ele se sentiu envergonhado enquanto artista pernambucano. Para encerrar solicitou como encaminhamento que seja revisto esse prazo, que foi pactuado no CEPC até março, que os demais conselheiros possam acatar como recomendação, que todos os editais sejam pagos até março, porque se era para ter sido pago em dezembro e não foi cumprido, que seja pactuado que sejam pagos

até março de 2024. A vice-presidente **Yasmin Neves** respondeu a pergunta feita no chat pelo conselheiro Wilyssys sobre o ranqueamento dos demais editais, informou que até 16 de janeiro, que iremos publicar o processo da fase recursal e a finalização dela com os recursos deferidos e indeferidos e no mesmo dia o novo ranqueamento para que seja aberto no dia posterior o prazo para o recebimento das contradições, aproveitou para responder sobre o que Rafael colocou dizendo que garante que no primeiro dia data proposta, serão iniciados os pagamentos, que estão alinhados para isso, trabalhando para isso, para que no primeiro dia de pagamento já vai ter proponentes recebendo seus recursos, que não é intenção pagar só em dezembro, até porque existem outras ações, os prêmios, temos a PNAB para colocar em prática, que já estamos atentos a isso. O presidente **Wagner Egito** falou que como todo edital tem que ser preciso em todas as informações, a partir de não traz nenhuma precisão, sugeriu que fosse colocado um prazo limite, que o financeiro possa ver no planejamento de pagamento uma data final, pois assim fica mais preciso, em seguida a conselheira **Cleonice Maria** iniciou dizendo que Rafa começou exatamente como ela iria iniciar, pois ficou essa questão de como estariam os artistas de Pernambuco se os prazos não fossem prorrogados, será que os recursos seriam ser devolvidos, foi importante o Rafael ler a cláusula da lei, lembrou que Pernambuco estava fazendo tudo dentro do prazo, inclusive Pernambuco foi um dos estados que lançou em tempo hábil os editais da LPG, que todos estavam numa alegria imensa porque estava tudo correndo dentro dos trâmites dos prazos para em dezembro de 2003 serem pagos, mas de repente tudo muda, quando existe essa prorrogação como motivo específico que era para aqueles municípios e aqueles estados que não tinham sido atendidos no tempo hábil para que não perdessem o dinheiro, que esta foi a intenção da prorrogação, que a impressão que fica aqui em Pernambuco é que se aproveitarem dessa prorrogação para ficar empurrando um pagamento que está sendo guardando desde 2022, e fez uma reflexão junto aos conselheiros Carlos Amorim e Barbara Collier sobre qual foi o recurso investido pelo governo do estado do ano passado até o momento, pois a cultura Pernambucana não teve investimento, que não houve trabalho para os artistas e fazedores de cultura, que fez essa mesma fala aqui em dezembro quando estava online e hoje fez questão de vir presencial, que é preciso que haja sensibilidade com os fazedores de Cultura de Pernambuco, que o que está acontecendo é um absurdo, seguiu propondo que se coloque em votação a proposta apresentada por Rafael, pois mesmo a Yasmin garantindo que esses pagamentos vão sair logo, ela não acredita, que os pagamentos da LPG tanto de premiação, como dos outros editais sejam pagos até 31 de março de 2024, que o governo ele se organize, e faça com que o recurso chegar nas mãos dos fazedores de Cultura, para que todos acessem os recursos e façam gerar a economia não só da classe cultural, mas de toda a cadeia produtiva que usufrui, que esses recursos precisam sair do banco e ir para as mãos dos trabalhadores da cultura. O conselheiro **Salatiel D'Camarão** iniciou falando primeiro sobre essa questão da interpretação do “a partir de”, que quando se coloca dessa forma, se abre a possibilidade de não ser fiscalizado dentro das leis de contratações Federais e Estaduais, portanto deve ser “de tal data até tal data”, ou até tal data, desta forma vai ser fiscalizada através das leis, porque a lei diz que quando tem uma data definida a partir daquela data que passou aí se pode entrar com recursos em relação à falta de cumprir com a data prevista, porque você não tem como definir que você passou da data a partir de, pelas leis de contratação e pagamentos você tem que ter a definição de uma data definida isso é bem claro nas regras de licitação, outro ponto foi a questão das denúncias que foram muitas, que já há um certo cansaço nas pessoas da cultura em apontar esses casos, de reclamar, que no Acorde foram recebidas muitas denúncias principalmente em relação as cotas, que é uma política pública de equidade e está sendo uma ferramenta utilizada para manobras, que é interessante já que são políticas públicas que são vão ser inseridas em todos os editais e licitações, que tenha uma valide essa questão e mobilizar o ministério público para que aqueles projetos que são habilitados ele passe por essa comissão para que seja verificado se realmente as pessoas estão sendo honestas, pois não basta apenas a Lei, é preciso que haja fiscalização, e a fiscalização tem que ser do Estado, seja federativo, jurídico, legislativo, cada um na sua alçada, que não é a população que tem que fazer isso. Em relação a definição das datas para pagamentos da LPG até março falou que é favorável. Em seguida o conselheiro **Wilyssys Wolfgang** perguntou se nesta publicação que vai ter no dia 16, se já virá com a apresentação dos dados completos, que Yasmin falou que estão trabalhando para que esses dados sejam apresentados, mas que não compreendeu se eles serão apresentados no resultado final, como de fato está na lei, ou se serão apresentados agora baseado no dia 16 que é o que o CEPC tem pedido para que possam acompanhar ainda durante o processo, a outra

questão é com relação a entrega da documentação, se já têm pensado como essa documentação vai ser entregue, porque tem acompanhado outros estados e outros processos, tem feito parte do comitê Nacional da LPG e tem visto que alguns estados tem feito a partir da própria plataforma, que isso tem facilitado bastante, citou como exemplo a Bahia que tem utilizado a plataforma prosas, dentro do prosas eles inseriram próprios documentos, que ficou na dúvida de como é que será feito aqui em Pernambuco, pois acha que pelo mapa seria bem prático, que inclusive isso facilitaria para o próprio artista ter a verificação de cada formulário, cada campo para um documento específico, que isso evitaria até que o proponente se confunda e deixe de inserir uma documentação e evidentemente ser desclassificado. A vice-presidente **Yasmin Neves** falou que antes de responder vai trazer a devolutiva enquanto a ausência da secretária Cacau, pois ela está com um processo familiar de doença, por isso que ela não está presente no momento, mas ela esteve na outra e ela está ciente das nossas reuniões e vai continuar mantendo a presença, que hoje a ausência foi por conta desse processo, sobre a questão das documentações, já estamos com a nossa equipe da comunicação prontas pois iremos soltar cards sobre essa próxima etapa da LPG, pois vamos trabalhar muito com o pessoal da comunicação para já informar quais são os documentos necessários para que as pessoas já comecem a se organizar, para que os vencedores da Lei consigam já se preparar com essa documentação e submeter ela pelo mapa cultural, que o processo vai continuar pelo mapa cultural, os proponentes vencedores irão entrar na oportunidade e anexar os documentos que serão solicitados, sobre a questão dos dados, informou que com o resultado do ranqueamento será possível a entrega de alguns dados, que amanhã pela manhã vai conversar com a equipe do mapa, mas acredita que não será possível trazer isso agora para o próximo resultado todos esses dados que foram recomendados aqui, mas que até o resultado final vai tentar trazer o maior número de informações e dados possíveis, que a equipe do mapa está disponível para tirar dúvidas, que vai colocar no grupo dos 80 novamente esse Card com todos os números e meios de comunicações da Secult, se colocou à disposição não só na reunião do conselho mas também todos os dias, que todos da secretaria estão à disposição para atender e tirar dúvida de todos os componentes dos conselhos. O presidente **Wagner Egito** lembrou que a secretária Cacau falou na última reunião que os rendimentos dos recursos da LPG serão reaplicados no próprio edital aumentando o recurso do edital para pagamento de suplentes, perguntou para Yasmin se isso será publicizado, pois o edital tem um recurso já definido. A vice-presidente **Yasmin Neves** respondeu que todo rendimento que tem hoje nas contas nas contas específicas da lei, vão ser direcionados para pagamento de mais propostas, que será publicizada todas essas informações, que isso é um assunto que já havia sido batido o martelo na secretaria que todo recurso que render, será voltado para projetos para alimentar a cadeia produtiva, que precisa e merece. O presidente **Wagner Egito** colocou para votação a proposta apresentada pelos conselheiros Rafael e Cleonice do Conselho recomendar que os pagamentos a conclusão da LPG que os pagamentos sejam feitos até 31 de Março, perguntou se o pleno teria mais alguma outra proposta, o conselheiro **Willyssys Wolfgang** falou em relação apresentação dos dados que é um ponto importante para reforçar a necessidade dos resultados mais detalhados para que o CEPC possa durante o processo fazer essa fiscalização, desta forma fica inviável fiscalizar e compreender como é que está se dando o processo, porque se não tem os valores dos projetos, se não tem o nome das pessoas, não se consegue fiscalizar, que se for liberado apenas no último resultado, não haverá mais tempo de reverter, ou se tiver alguma demanda nesse sentido vai só atrapalhar, dificultar o trabalho e perder tempo, então sugeriu que não deve ser esquecido o que esse conselho tem pedido desde o ano passado, de outras reuniões, para que a divulgação seja feita já com essas informações, que inclusive a primeira recomendação era da republicação, pois viu lá no grupo dos 80 que foi publicado sobre um cancelamento de uma publicação no estado de Minas Gerais, não foi o cancelamento do edital, foi apenas o cancelamento de um resultado provisório, porque os artistas demandaram e solicitaram esclarecimentos é a Secult de Minas fez o cancelamento daquele resultado e vai republicar com os dados, mas isso não quer dizer que os projetos serão realizados ou que o edital vai ser cancelado, que só falou isso porque a gente vem pedindo que esses dados sejam publicados, e sugeriu que se acrescente junto a proposta. O presidente **Wagner Egito** falou que acredita que a Yasmin como representante da Secult vai acatar essa proposta que vai nesse sentido dar mais transparência aos resultados, então em seguida colocou a proposta para o pleno votar, que foi aprovada por unanimidade pelos presentes à reunião, a recomendação de que os resultados os pagamentos sejam feitos até 31 de março de 2024. Em seguida se referiu a PNAB, falando que é

consequência da LPG, pois na LPG foram atropelados pela mudança na gestão da Secretaria de Cultura, o CEPC passou três meses inativo, então quando foi lançado a LPG o conselho não estava atuando, não podendo opinar, que além da mudança da secretaria de cultura, pois mudou a gestão, muda a equipe, e o volume de trabalho aumentou, não dando conta, que se sabe que todo aprendizado dessa LPG é importantíssimo para não cometer os mesmos equívocos na PNAB, que o dinheiro já tá rendendo, que é necessário se ter um plano, pois a PNAB não é um programa emergencial, é um programa de 5 anos, então é um dever fazer o planejamento desses recursos. O conselheiro **Rafael Farias** questionou que até o momento não exista um desenho construído da PNAB, que se sabe que para se colocar um plano de ação na plataforma existe algo construído ou pelo menos desenhado, que não se pode submeter algo numa plataforma se não existir ao menos um escopo, um desenho do que vai ser, sem falar que na lei já existem determinadas aplicações e determinados setores, ao exemplo do Cultura Viva, dos Pontos e Pontões de cultura, que isso já era para estar caminhando, que não quer que se repita o que aconteceu na LPG, que as coisas sejam feitas a toque de caixa, na rapidez como aconteceu, que até agora ainda não se tem o pagamento da LPG, mesmo esse dinheiro já estando em caixa, é certo que agora que tá tendo reunião de alinhamento sobre isso, mas que não impede que as coisas já começassem, inclusive com a participação deste conselho, que sabe que vão caminhar até um determinado ponto, porque se avançarmos daquele ponto na proposição dos editais alguns conselheiros não poderão submeter projetos, mas o CEPC pode contribuir de milhões de outras formas, inclusive com as escutas, outro questionamento levanto foi em relação ao fomento do Governo do Estado, pois até o momento está se discutindo os fomentos do Governo Federal, que o Funcultura os recursos são repassados da Neo Energia, será que se vai trabalhar exclusivamente com os repasses dos recursos federais, como ficam os recursos do Governo do Estado, que por essa razão é importante a presença da secretária, que espera que na próxima reunião ela esteja presente, O conselheiro Nivaldo Jorge iniciou fazendo uma reflexão da Aldir Blanc, que estávamos na pandemia mas que o conselho participou diretamente, o secretário naquele momento era Gilberto Freyre Neto, mas que havia essa comissão paritária de fiscalização, mesmo na pandemia, como o presidente já colocou a questão da LPG, o CEPC estava há três meses parado, houve a mudança de gestão, aí houve vários gargalos, que Já estamos no segundo ano do governo, que a proposta é para esse conselho participe de uma comissão paritária, não em relação a construção dos editais, mas que os editais também sejam apresentados antes de ir para a Rua ao conselho, que na Aldir Blanc houve dois momentos, no primeiro momento só foram repassados 50 milhões dos 75 milhões recebidos, no segundo momento foram repassados os 25 milhões restantes, que essa é a lógica do Conselho de Política do estado de Pernambuco e do Conselho Nacional, que ele também participa a nível nacional, que isso venha como uma recomendação, para que essa comissão seja construída, que isso é cabível, que o CEPC tem que fazer esse papel fiscalizador, que em 2020 e 2021 foi, lembrou inclusive que no segundo momento o edital de salvaguarda ampliou a participação após o pedido da inclusão do artesanato, que após isso, foi incluído Gastronomia e Cultura Popular, que estas inclusões foram contribuições deste conselho, desta forma é muito importante a criação desta comissão para que o CEPC possa dar as contribuições para a PNAB. A vice-presidente **Yasmin Neves** falou que é lógico que para se poder incluir as propostas para a PNAB, foi preciso ser feito uma proposta, que algo já está desenhado, que existe sim esse rascunho enquanto itens, atividades, mas como já foi dito, hoje ela não poderia apresentar um cronograma, porque esse cronograma está em elaboração, que quando for finalizado haverá essa conversa com o conselho, que assim como a conferência, que a comissão trabalhou junto com a gestão, assim será a implementação do programa, pois a política cultural do estado não se faz só com a secretaria, que é a secretaria e o conselho, que se tem esse entendimento, que como prometido anteriormente na reunião de dezembro que Iríamos conversar com CEPC para escutar, que será construído em conjunto, mas que no momento está sendo entre o MinC e a secretaria, que assim que finalizarmos esta etapa desta semana e na próxima semana, que a secretaria não vai fazer tudo sem dialogo e chagar para impor, que será um processo de construção para cinco anos, reafirmou que toda essa discussão vai ser feita com a sociedade e com o CEPC, porque é de extrema importância. O presidente **Wagner Egitto** lembrou que por se tratar de um programa de fomento durante 5 anos é preciso planejamento, inclusive para não entrar em choque com outros programas, citou o por exemplo que não pode ter o mesmo perfil do Funcultura, que não pode ter projetos aprovados ao mesmo tempo. A vice-presidente **Yasmin Neves** falou que a PNAB tem muitas especificidades, que inclusive é necessário o

planejamento para que os processos não se choquem, pois teremos várias ações no ano de 2024, para que os proponentes e os produtores culturais tenham tempo hábil para também se inscrever em todos os processos, o planejamento interno da secretaria também é importante para as próximas ações, lembrou que hoje é dia 10 de janeiro, que temos menos de 8 dias úteis trabalhados, mas que estamos nesse processo de construção em conjunto, que isso vai ser trazido para o conselho sim. A conselheira **Cleonice Maria** falou que é bom saber que o CEPC vai poder trabalhar em conjunto com o governo, que em relação a PNAB existe inclusive uma orientação na própria lei que é uma lei de fomento para 5 anos sobre várias ações que devem ser feitas com esse recurso por exemplo o programa Cultura Viva que tem um percentual dentro desse valor obrigatório, para ser investido no programa, e aproveitou para dizer que esse grupo de trabalho que foi aprovado hoje aqui para o programa Cultura Viva para trabalhar a regulamentação da Lei que esse grupo de trabalho se estenda inclusive para as propostas da PNAB, pois vão querer se sejam feitos editais para Pontinhos, Pontos e Pontões de Cultura em Pernambuco, que inclusive tem uma cláusula que já garante isso, que o CEPC quer de fato que o recurso seja realmente implantado no programa como um todo, porque às vezes as pessoas escuta e diz olha a PNAB tem recurso para os pontos de cultura, mas os recursos são para o programa Cultura Viva e no programa Cultura Viva tem, Griôs, Pontinho, Ponto, Pontos de leitura, pontão, tem as teias que a gente tem que fazer, tem os fóruns regionais, que tudo isso tem que ser discutido e feito de forma conjunta, para que a gente possa de fato fazer com que esses recursos eles sejam implementados exatamente como eles devem ser. O presidente **Wagner Egito**, passou para o próximo ponto de pauta sobre O FIG – Festival de Inverno de Garanhuns, que é um patrimônio de Pernambuco, que ano passado teve o público que há relatos que muitos comerciantes tiveram prejuízos, problemas com a organização, que este ano é preciso ficar atento para melhorar sempre, que o que não pode acontecer é deixar de realizar esse festival, que em um festival desse tamanho quando ele termina, já é para começa a organizar o próximo, e percebe-se está no mês de janeiro e não tem nada em termos de informação sobre a realização do festival, que conversou pessoalmente com a presidente da Fundarpe Renata Borba, mas com relação a organização do FIG não há ainda novidades, que está se contando que vai se realizar o FIG, o CEPC também conta com isso, mas o que se pede é que haja uma devolutiva do estado com relação à organização do FIG, cobrar que já comece a organizar, que se forme uma comissão de organização com o CEPC participando, que o CEPC sempre participou inclusive monitorando também, que o conselho está preocupado com essa realização, que 2023 houveram muitas reclamações, que este ano a gestão precisa fazer um FIG melhor, falou sobre a questão da Prefeitura de Garanhuns, informando que a Prefeitura de Garanhuns já anunciou a data do FIG para 2024, que no seu olhar achou oportunismo da prefeitura, que o FIG seria municipalizado, inclusive divulgando nas redes sociais que tinha contratado artista para realização, que achou isso uma irresponsabilidade, porque primeiro sempre se fica lutando para que agrade seja divulgada antes, pela contratação dos artistas, e sempre é de última hora, como agora a prefeitura um ano antes já pode contratar artistas, mas isso foi uma atitude da Prefeitura de Garanhuns até agora não se resolveu, que o Festival de Inverno de Garanhuns fique com o estado, o estado começou a organizar há mais de 30 anos, que existe notório reconhecimento público que ele é do estado, falou que o nome do FIG não havia sido registrado ainda, que em julho de 2023 a Prefeitura de Garanhuns deu entrada no registro do nome FIG, que em outubro o estado deu entrada também, que não se pode ficar à mercê dessa disputa política de interesses pequenos partidários e políticos. Que existem propostas de fazer em outro lugar, ele disse que deve-se até fazer outros eventos, mas que o FIG é realizado em Garanhuns na segunda quinzena de julho assim como o estado divulgou, e é assim que o CEPC vai trabalhar, que inclusive essa problemática a própria Assembleia já realizou uma audiência pública junto a comissão de cultura da Assembleia Legislativa, que é nesse sentido de viabilizar a realização do FIG através do diálogo através da conversa da parceria com a Prefeitura, que o estado sendo responsável pela organização não quer dizer que o município não terá participação, mas que o estado deve ser o protagonista responsável pela organização pelo âmbito do estado que é do litoral ao Sertão, em seguida passou para a vice-presidente **Yasmim Neves** que falou que é sabido sobre todos esses processos, todas as polêmicas que estão em volta do FIG, mas ressaltou que a fala do presidente Wagner sobre o FIG foi muito importante, reforçou que FIG é do estado, que existe no orçamento da Fundarpe, que está em processo de tratativa entre a Fundarpe e a Secult, que está no planejamento para o ano de 2024, que nesse momento o foco maior está para o carnaval porque é o ciclo mais próximo, mas está previsto no orçamento, no nosso planejamento para

2024. O conselheiro **Rei Marcelo Ogum** concordo com a fala aqui do presidente, pois não se deve perder o Festival de Inverno em Garanhuns, que ele começou realmente com o governo do estado, mas muitos fazedores de Cultura saíram daqui exemplo circo em passeata no primeiro Festival de Inverno através de Índia Morena, que os artistas brigavam ir para o Palco principal, defendeu a gestão e disse que foi o primeiro ano que ele viu uma banda do alto Zé do pinho se apresentar no palco principal de Garanhuns, que tem orgulho disso, que o circo teve participação efetiva todos os dias, não houve falta de público, que o circo só perdeu para o palco principal, que mesmo chovendo lota, que os artistas pernambucanos foram contemplados, parabenizou, mais uma vez a gestão, que o CEPC precisa tomar a responsabilidade, comprar essa briga junto ao governo de Pernambuco, o conselheiro Nivaldo Jorge iniciou dizendo estar contemplado na fala do presidente, e falou que o FIG é um dos poucos festivais realizados com recurso totalmente público, fez uma comparação com a FENEART que já tem 24 anos de existência, que ao mudar a gestão do governo foi registrado também e a briga foi para a justiça e o governo ganhou porque é uma política pública de artesanato e hoje tem a dimensão de ser a maior da América Latina, então é a mesma questão do FIG, pois o FIG não é de partidos políticos, nós que fazemos cultura não podemos aceitar isso, que o que é preciso é de melhorias, pois o processo é crescente e estão aqui para defender a cultura e fazê-la crescer porque a cultura não cresce com partido não, a cultura cresce com os fazedores de cultura, é só olhar a no artigo 216 da constituição, que ele bate desde o começo desse conselho, a democratização, que se pode até ser dito que é uma retórica, mas que ele não está nem aí, porque somos regidos pelo artigo 215 e 216 da Constituição, que dá o direito de nós fazermos Cultura. O presidente **Wagner Egito** sugeriu que seja recomendado a criação de uma comissão para organização do FIG, pois já deveria estar sendo discutida desde ano passado, que é urgente a criação dessa comissão. A conselheira Barbara Collier pediu a fala para registrar o seu repúdio em relação ao FIG no que se refere as Artes Visuais, que no ano passado ficou sem estrutura de prêmio, nem salão que é a forma de circulação, que não teve a Casa Galeria Galpão, então sugeriu que seja recomendado o retorno da casa galeria galpão para receber as ações de artes visuais, design e fotografia, que não teve projeto aprovado de formação na área de artes visuais também, portanto ela como representante da linguagem, precisava fazer esse registro, pediu para que se registre em ata. O presidente **Wagner Egito** colocou para o pleno se havia alguma restrição quanto a aprovação da recomendação de criação da comissão organizadora no FIG, para que seja criada imediatamente, ficou aprovada por unanimidade a recomendação para que seja criada e já comecem os trabalhos de organização do FIG. Em seguida agradeceu ao IPHAN pelo espaço cedido, ao escritório do MinC que tem sempre se feito presente nas reuniões, além de agradecer a tolerância do horário, pois o IPHAN encerra o expediente as 17h, mas permitiu a tolerância até as 17h e 30mn, aproveitou para registrar aqui algumas pendências, colocado no primeiro ponto de informe, que o conselho já aprovou várias resoluções e recomendações, que existem várias questões que continuam pendentes de resolução, como exemplo os certificados dos conselheiros/as, do mesmo jeito para os representantes das comissões setoriais, além dos crachás que é um documento oficial de identificação dos conselheiros/as, que isso vem desde o desde novembro do ano passado, que existem pendências práticas administrativas de realizar, outra questão é a relação dos municípios de Pernambuco que tem conselho, com seus contatos, e em que fase de instituição esses conselhos estão, que existe uma gerência na Secult que tem esses dados a GTEC, quem tem esses dados já formatados, outra questão é a atualização da página do CEPC no portal Cultura PE, colocar os dados e as fotos do mandato atual, que até o momento está com os dados do Conselho passado, as resoluções e recomendações, outra questão é a relação dos Delegados/as que foi solicitado também em 12 de Dezembro, acerca da relação cação dos Delegados/as que participaram da Conferência Estadual que já foi feito o credenciamento, portanto essa relação existe, mas não passada até agora. A vice-presidente **Yasmim Neves** falou sobre a questão dos crachás, já foi dito que em dezembro que iríamos iniciar um processo de licitação para realização dos crachás, que esse serviço não é realizado na secretaria, que é necessário iniciar um processo no PE Integrado, no E' fisco, falou para execução desse serviço, que já foram tiradas as fotos dos membros do CEPC em novembro, que está com o setor administrativo essa demanda, que já havia informado que no final do ano não seria possível, devido ao orçamento, que os processos que já estavam com seus tetos limites, mas que no início de 2024 iremos fazer isso, que consta na previsão orçamentária da secretaria a elaboração dos crachás, reafirmou que está no administrativo para iniciar processo licitatório como também aproveitando já dando retorno sobre o item 10, suporte logístico, que é o que Ana Paula que é

nossa Secretaria Executiva de Cultura informou que vamos iniciar, então essa pauta também está com o administrativo, os dois itens, sobre o relatório de todos os delegados que participaram da conferência ela não havia entendido, quem a demanda seria a lista de todos os delegados eleitos nos municípios, não apenas os participantes na conferência, ficou de verificar e dar esse retorno, que conversou com a equipe de comunicação sobre a atualização do o portal, se comprometeu com o CEPC para pegar todas essas pendências para dar uma devolutiva amanhã com prazos, que vai conversar com as gerências da secretaria para ver o que é que falta de cada um trará retorno, sobre a questão dos municípios que tem conselhos instituídos, a GTEC está fazendo essa atualização, devido a questão da PNAB, para saber como os municípios estão na instituição dos conselhos, planos e fundos, que assim que eles acabarem essa atualização será passado para o CEPC, a última atualização já foi passada, que é uma atualização do finalzinho do ano 2022. Solicitou que todas as demandas também sejam repassadas para ela, afim de poder ter ciência e poder contribuir da melhor para essas devolutivas. O presidente **Wagner Egito** informou que falou com Juliana que é a gerente de comunicação, que ela pode fazer a atualização com os dados que tem, se não tiver foto do Conselheiro publica sem foto, se não tiver a Bio, publica sem biografia, que o importante é ter o nome, o segmento e o e-mail, que já foram passados, que o problema é que no portal está com a informação errada, falou sobre a necessidade de apoio de deslocamento, que para ele é preciso ser para todos/as, porque vai ter deslocamento também da região metropolitana e para o interior quando for descentralizada, que é necessário esse apoio para todos/as. A vice-presidente **Yasmim Neves** falou que é importante o CEPC fazer um planejamento de custos para 2024, que se sejam incluídas todas as necessidades do conselho, como banner, transporte, alimentação, enfim que todos os itens sejam elencados para poder ser repassado para o administrativo, que secretaria está fazendo o planejamento para 2024 e vai incluir esse apoio logístico do Conselho, mas para isso é necessário que o CEPC envie esse planejamento. O presidente **Wagner Egito** falou que Simone Maranhão da casa dos conselhos vai entrar em contato com os conselheiros para ver as necessidades de cada um para os deslocamentos, Em seguida o conselheiro **Alexandre Melo** pediu a Secult, para quando tiver a informação dos dados técnicos, para o formato dos crachás e certificados, que sejam enviados para comissão de comunicação começar a esboçar o material, o presidente **Wagner Egito** parabenizou o conselheiro pela cobrança e falou que é importante se trabalhar em parceria, para que seja alinhado a identidade visual, falou que antes de partir para essa para essa última pauta que o calendário da reuniões descentralizadas, lembrou que a que a secretária já admitiu que poderia ser duas reuniões em Recife uma fora, que ao longo do ano serão 4 reuniões descentralizadas. Falou de sua preocupação com uma tendência de privatização do solo nas festividades públicas, que isso vem acontecendo pontualmente em algumas cidades, que a notícia maior veio com o São João de Caruaru, que em 2023 foi privatizado o solo na frente do palco para virar uma área Vip, sendo cobrado ingresso, portanto isso está virando uma tendência, que ficou assustado quando viu a Prefeitura do Recife privatizar o solo da praia no Réveillon, porque teme que isso se alastre, pois a capital fazendo isso pode ser uma válvula que em diante todos possam fazer, que já tem relatos que em Serra Talhada também houve isso, que é altamente preocupante, com argumentos de que o poder público não está gastando dinheiro porque a iniciativa privada está financiando e em contrapartida dá um pedaço do solo para iniciativa arrecadar, informou que isso será colocado em pauta para entender como se dá esse processo de privatização do solo, que não é questão específica da cidade de Recife, mas que é para o CEPC entender e poder tomar alguma posição, que depois será solicitado uma explanação ou informação sobre o tema, outra questão levantada foi sobre um evento na rua que sai da Rua Cais do Apolo da Avenida que vai até a Torre Malakoff, que a rua foi fechada para um evento de produção Independente com entrada gratuita, mas que os ingressos eram obtidos através da plataforma Sympla, mas para quem não tem acesso a internet como fica, que isso é preocupante por quê só quem vai ter acesso ao ingresso aquelas pessoas que têm acesso tranquilo a internet e que estão interessadas naquele evento, mas que a maior vantagem do evento público é porque pessoas alheias que não conhece aquele evento, aquela atração podem ir e conhecem, que a partir do momento que você fecha e só quem vai são as pessoas interessadas naquele evento, além de ser elitista, priva o restante da sociedade de ter conhecimento, que isso foi feito em termos do solo urbano, conjuntamente a isso disse que nesse mesmo dia existia um evento gratuito onde a entrada era através da internet a partir do momento em que você fecha um equipamento público mesmo colocando como uma condição, um pré-requisito para entrada por exemplo quem chegava lá não podia entrar

porque já tinha que ter pego o ingresso com antecedência através da internet , então você chegando e tem que voltar, que colocou para dar conhecimento, mas que isso voltará como ponto de pauta, inclusive para a Secult se posicionar com relação aos equipamentos, que tem as festa do padroeiro, e o CEPC precisa se posicionar, pois trata da Cultura em todo estado, seguindo para o calendário das reuniões descentralizadas, foi proposto, eu **Amanda Carneiro** informei as datas propostas como sugestão: dia 13 de Março reunião descentralizada, 19 de junho, 13/09 e 11/12, como são quatro descentralizadas estas foram as datas propostas para apreciação do pleno, expliquei que em dezembro serão duas reuniões, uma dia 11/12 (descentralizada) e a outra no dia 13/12 que será a unificada dos três Conselhos como fizemos em dezembro passado, a gente fez em dezembro. A conselheira Cleonice chamou a atenção sobre a data de março, devido a conferência e sugeriu que fique para abril e as demais continuem, a Vice-presidente **Yasmim Neves** disse que concorda com a proposta de Cleonice, que seja alterada porque estarão voltando de Brasília no dia 9, que ficaria pouco tempo para uma reunião descentralizada, o presidente **Wagner Egito** colocou para aprovação do pleno, que foi acatado por todos/as que a 1 reunião descentralizada será dia 10 de abril, começou a discussão sobre as demais datas, mas devido ao avançado da hora foi solicitado que a sociedade civil faça a nova proposição e encaminhe para casa dos conselhos, em seguida a conselheira **Cleonice Maria** trouxe uma sugestão dada por Sulamita, para que o calendário das reuniões do CEPC sejam divulgado nas redes sociais, para que qualquer pessoa que queira e possa, participem, pois quando se sabe no mesmo dia fica difícil a participação porque não tinha conhecimento anteriormente, o presidente **Wagner Egito** falou que o conselheiro coordenador de comunicação Alexandre está na escuta, está na escuta, a Vice-presidente **Yasmim Neves** solicitou que quando for ser discutir essas datas, que sejam discutidos no grupo dos 80, que a de abril já foi definida, mas que se defina as datas e os locais também, o presidente **Wagner Egito** falou que tem uma primeira proposta para ser em Petrolina a primeira reunião, mas que só será definido mesmo no grupo dos 80, mas que a proposta é sempre na cidade onde tem conselheiro/a e Petrolina tem, falou sobre os encaminhamentos da reunião os quais foram: A resolução da participação do público na reuniões que foi aprovada; a recomendação sobre a divulgação dos resultados dos editais foi aprovado; a criação do grupo que tratar da regulamentação da Lei Cultura Viva; foi aprovado foi criado o grupo e vai discutir a regimento interno, que tem uma pessoa a mais que depois será definido os cinco nomes que vão ficar oficialmente; a recomendação de que seja pago todos os editais da LPG até 31 de Março, a recomendação que seja criado imediatamente a comissão de acompanhamento do FIG incluído o CEPC; o calendário que vai ser definido as datas e locais; a nota de pesar sobre o acontecimento com a artista circense palhaça Jujuba, o conselheiro Rafael Farias parabenizou a equipe por conseguir realizar realmente de forma híbrida, que hoje conseguimos fazer uma reunião participativa. Em seguida o presidente solicitou que as pessoas on-line abram as câmaras e agradeceu a presença de todos/as, que o conselho está aberto à participação de todos/as sempre. Nada, havendo a tratar, o presidente **Wagner Staden** deu por encerrada a reunião e eu, **Amanda Carneiro**, Secretária, lavei a presente Ata, que depois de achada conforme, serão assinados por mim e pelos (as) demais conselheiros (as) presentes na Reunião.

Amanda Oliveira de Araújo Carneiro (secretária)

Conselheiros (as) Titulares:

Augusto Ferrer de Castro Melo

Barabara Collier

Nivaldo Jorge

Fernando Pereira

Marcelo Alexandre Balbino dos Santos

Rafael Farias

Thaynna Leocádio Trajano Lacerda Sousa

Fábio Alexandre Melo Ferreira

Janaina Santos de Oliveira

Carlos Eduardo Sales de Melo

Joab Henrique da Silva

Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Cleonice Maria dos Santos

Gilmar Correia da Silva

Severino Carlos Amorim

Willyssys Wolfgang

Yasmim Dyndara das Neves Crispiano

Francisco Sidney Rocha

Ianne Raíssa Galvão

Lucas Fernando Barbosa Correia

Conselheiras (os) suplentes presentes:

Elimar Pereira da Silva

Gerlane Souza de Lima

Salatiel D’Camarão

Renato Fonseca

Flavia Maria Pessoa Guerra